

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REQUERIMENTO Nº , DE 2010 (Do Sr. Miguel Corrêa)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), de Finanças e Tributação(CFT), e de Seguridade Social e Família(CSSF), para debater a política nacional de inclusão produtiva.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública conjunta, em curto prazo, entre as Comissões de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio de Seguridade Social e Família(CSSF), para debater a política nacional de inclusão produtiva em desenvolvimento pelo Governo Federal .

Nesse contexto sugerimos o convite aos seguintes participantes:

- Ronaldo Coutinha Garcia – Secretário de Articulação para Integração Produtiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);
- José Carlos Martins – Vice Presidente da Câmara Brasileira de Indústria da Construção (CBIC); e
- Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos. (DIEESE);

O contingente de beneficiários destas políticas de transferência de renda deve compor a estratégia de desenvolvimento do país e para obter êxito nesta missão o Estado deve aparelhar-se adequadamente. A Política Nacional de Inclusão Produtiva pretende contribuir para a consecução deste objetivo estabelecendo instrumentos que preenchem lacunas na atuação governamental. Neste contexto se encontra a explicitação da priorização das ações da Política nas áreas urbanas.

Fazem parte do arcabouço da Política Nacional de Inclusão Produtiva instrumentos como a assistência técnica e a extensão, o crédito acessível, as incubadoras públicas, a pesquisa entre outros. Além disso, cria o Cadastro de Empreendimentos Inclusivos e o Sistema Nacional de Inclusão Tecnológica e Extensão Urbana. Todos estes pensados para possibilitar a produção de bens e serviços por parte dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Sala da Comissão, de de 2010.